

Direito Administrativo I

TA – Regência: Prof. Doutor Paulo Otero

Exame – 13.02.2023

grelha de correção

I

Perante o prolongar da greve dos professores do ensino básico, o Ministro da Ciência e do Ensino Superior determina ao Presidente do Instituto para a Qualidade do Ensino, I.P., (IQE) que proceda à avaliação urgente das consequências para os alunos da greve.

O Presidente do IQE recusa proceder a essa avaliação, alegando que o IQE se encontra assoberbado de trabalho. Insatisfeito, o Ministro delega, através de ato administrativo, a competência para proceder à avaliação referida no Conselho Diretivo do IQE.

De imediato, o Conselho Diretivo do IQE subdelega na Câmara Municipal de Lisboa, por ato administrativo, a competência para proceder à referida avaliação de todas as escolas do ensino básico situadas na área metropolitana de Lisboa, sem possibilidade de subdelegação.

1. Aprecie a atuação do Ministro e do Presidente do IQE (5 v.)

- Identificação dos intervenientes: Administração Direta e Indireta, relações entre as Administrações
- Incompetência do Ministro: qualificação do vício e desvalor
- Possibilidade de emitir ordens e dever de obediência
- Delegação interadministrativa: possibilidade de recurso ao ato administrativo; valorização de uma resposta pessoal do aluno

2. Aprecie a atuação do Conselho de Direção do IQE (3 v.)

- Identificação do Município no seio da organização administrativa
- Validade da subdelegação: por ato administrativo; âmbito territorial

A Câmara Municipal de Lisboa, considerando o âmbito da delegação demasiado extenso, subdelega na Câmara Municipal de Loures a competência para proceder à avaliação das escolas situadas no respetivo Concelho e inicia a avaliação das escolas situadas no Concelho de Oeiras. O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras dirige um protesto formal ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, invocando a violação do princípio da igualdade e exigindo realizar a avaliação das escolas de Oeiras.

3. Aprecie a atuação da Câmara Municipal de Lisboa (2 v.)

- Violação da proibição de delegação
- Avaliação das escolas de Oeiras

4. Tem razão o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras? (3 v.)

- Natureza da delegação e da competência
- Aplicação do princípio da igualdade aos Municípios

Perante os protestos dos professores das escolas do Concelho de Loures, que rejeitam ser avaliados pelos funcionários do Município de Lisboa, o Ministro da Ciência e do Ensino Superior decide proceder à dissolução da Câmara Municipal de Lisboa.

5. Aprecie a atuação do Ministro (2 v.)

- Vício de usurpação de poderes e desvalor

II

Comente a seguinte afirmação (5 v.):

“A privatização da Administração Pública pode recair também sobre os critérios materiais subjacentes à atuação administrativa: o decisor administrativo passará a ter uma conduta pautada por instrumentos do mercado, agindo à luz de uma lógica própria dos agentes económicos privados ou visando a defesa de uma racionalidade decisória a ela conexa” (Paulo Otero)

- A Administração Pública entre o Público e o Privado
- Formas de privatização organizacional da Administração Pública
- Formas de privatização material da Administração Pública
- Conjugação entre a racionalidade dos instrumentos do mercado e os princípios gerais da atividade administrativa